

Estado pretende intensificar processo de municipalização da rede escolar

Meta é passar para as prefeituras todas as classes de 1ª a 4ª séries em um prazo de dois anos

ROSA LUIZA BAPTISTELLA

A Secretaria Estadual de Educação quer intensificar a municipalização da rede escolar de 1º grau. A meta é passar às prefeituras todas as classes de 1ª a 4ª séries — ou seja, 2.500 escolas, num total aproximado de 2,5 milhões de alunos — nos próximos dois anos. Com elas, as administrações municipais vão receber todos os professores efetivos e os prédios onde funcionam as unidades. O caso dos docentes contratados vai ser discutido com cada prefeito. O Estado se responsabilizará pela aposentadoria dos efetivos, mas continua indefinida a questão previdenciária relativa aos contratados.

A municipalização já alcançou 164 escolas em 47 municípios desde o ano passado. Mas ganha novo impulso com a criação, pelo governo federal, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. O fundo, como está sendo chamado, vai vigorar por 10 anos, conforme emenda constitucional aprovada em setembro, e destinará 15% da arrecadação de três impostos estaduais e municipais ao ensino de 1º grau. Alguns pontos estão indefinidos porque a regulamentação da lei ainda não foi aprovada.

Ausência — A secretária de Educação de São Paulo, Rose Neubauer, entende que a descentralização administrativa vai contribuir muito para a melhoria da qualidade de ensino. "A escola municipalizada tem mais condições de dar certo", afirma. "Ela diminui a burocracia e faz comunidade e administração trabalharem mais próximas." A maior prova, em sua opinião, está nas redes municipais de pré-escola que, com raras exceções, têm ótimo padrão.

Embora fosse obrigação constitucional aplicar 25% dos recursos municipais em educação, a maioria das prefeituras paulistas se mantém distante do ensino fundamental, preferindo concentrar forças na pré-escola e outras atividades. No ranking nacional, São Paulo ocupa o penúltimo lugar em índice de matrículas do ensino básico municipalizado — 585.276 alunos, ou 10,8% do total de

PONTOS JÁ DEFINIDOS

- Professores efetivos serão colocados à disposição dos prefeitos
- Estado se responsabilizará pela aposentadoria dos efetivos
- O prefeito poderá fazer concurso para contratação de novos docentes, caso o número de efetivos não seja suficiente e ele não queira ficar com os contratados
- A rede poderá ser municipalizada em etapas
- Prédios das escolas municipalizadas passarão a fazer parte do patrimônio municipal
- Supervisão pedagógica ficará por conta do Estado
- O retorno do dinheiro retido no fundo estará garantido: para cada aluno do ensino básico municipalizado, a prefeitura vai receber pelo menos R\$ 500 por ano
- O fundo vai retirar das prefeituras 15% do ICMS, 15% do FPM e 15% do IPI
- É obrigatória a criação dos Conselhos Municipais de Educação, que fiscalizará a aplicação dos recursos
- A Secretaria Estadual de Educação tem técnicos para orientar prefeitos no processo de municipalização. Contatos pelo telefone (011) 255-4077





Mônica Zarattini/AE

Rose: "Escola municipalizada tem mais condição de dar certo"

estudantes. Alagoas, por exemplo, tem 68,8% da rede de 1º grau municipalizada e o Rio de Janeiro, 61,1%.

De acordo com dados da secretaria, os 645 municípios mantêm na pré-escola 748 mil alunos, dos quais 400 mil estão na Capital. Em São Paulo, apenas 72 municípios têm ensino de 1º grau, num total de 647 mil alunos — 502 mil na Capital. Rose

Neubauer acredita que esta situação é fruto da falta de disciplina na aplicação de dinheiro. "Havia um volume grande de recursos, mas não existia nenhum direcionamento", comenta. "O fundo dá essa diretriz, pois 15% da arrecadação daqueles impostos vão ter de ir para o ensino básico."

A secretária calcula que, graças ao

fundo, os recursos no Estado para o 1º grau vão crescer de R\$ 2,7 bilhões em 96 para R\$ 4,4 bilhões em 97. Significa que São Paulo poderá elevar de R\$ 420 para R\$ 500, no mínimo, a aplicação por aluno ao ano. A prefeitura que não tiver escola de 1º grau municipalizada não poderá retirar um centavo do fundo. Estudo preliminar mostra que Paulínia, por exemplo, terá retidos R\$ 15,6 milhões e receberá R\$ 344 mil, porque tem apenas 2.300 alunos nesta área. Já a Capital vai entregar R\$ 206 milhões e receber R\$ 248 milhões.

Conselhos — Um dos pré-requisitos para a prefeitura receber o dinheiro do fundo é a criação do Conselho Municipal de Educação, que deve ter representantes dos pais, alunos, professores e dos diferentes setores da sociedade. "Os conselhos devem refletir não só o interesse daqueles que trabalham nas escolas, mas da sociedade", destaca a secretária. "Poderão ter prioridade ações voltadas à formação de profissionais para atender as necessidades do mercado de trabalho local."

O Conselho Estadual de Educação e a União dos Dirigentes de Ensino Municipal estão aptos a orientar a formação dos órgãos municipais. A secretaria já montou uma equipe técnica para assessorar os prefeitos no processo de municipalização, pois o fundo entra em vigor no dia 1º de janeiro. O prefeito poderá negociar a parte da rede que pretende municipalizar. "Pode ser metade da rede de 1ª a 8ª séries, toda a rede, um terço, as escolas rurais, enfim, o quanto quiser", afirma Rose Neubauer.